



Relatório do Controle Interno

Período de Dezembro de 2022 com 13º e 14º



Relatório do Controle Interno Anual – 2022

Análise do Desempenho Fiscal

Prefeitura do Município de Piracicaba



Relatório do Controle Interno

Período de Dezembro de 2022 com 13º e 14º

Sumário

Apresentação	3
1. Análise do desempenho fiscal	4
1.1 Execução Orçamentária	4
1.2 Receitas	5
1.2.1 Receita Corrente Líquida	7
1.3 Despesas	8
1.5 Resultado Nominal	12
2. Limites constitucionais	13
2.1 Despesas com Pessoal	13
2.2 Aplicação dos Recursos Próprios em Saúde	14
2.3 Aplicação dos Recursos Próprios em Ensino	15
2.4 Aplicação dos Recursos no FUNDEB	16
2.5 Cumprimento das entregas de documentação ao SIOPE e SIOPS	18
2.6 Relatório de Alertas do TCE-SP	18
Considerações Finais	20





Relatório do Controle Interno

Período de Dezembro de 2022 com 13º e 14º

Apresentação

O Sistema de Controle Interno do Município tem por finalidade a realização de atividades de fiscalização e de orientação destinadas à correta aplicação dos recursos públicos. Por meio de seu Órgão Central, deve emitir relatórios para ciência do Chefe do Poder Executivo, apresentando os resultados da execução operacional, orçamentária, financeira e patrimonial do município.

O presente Relatório de Controle Interno – RCI, contém os principais dados da execução orçamentária e financeira durante o exercício de 2022, trazendo o balanço orçamentário, as receitas por categoria econômica, as despesas por categoria econômica e por função, e os resultados primário e nominal. Em seguida, tem-se a verificação do cumprimento dos limites constitucionais relativos a despesa com pessoal e a aplicação dos recursos em saúde e educação.

Observa-se também a situação de entrega de documentação referente à Educação e à Saúde ao Siope e Siops, respectivamente. Além dos apontamentos do Relatório de Alertas do Tribunal de Contas do Estado à prefeitura em dezembro de 2022.

Por fim, o presente relatório traz as considerações do Sistema de Controle Interno em relação à execução orçamentária-financeira do município e ao cumprimento dos limites constitucionais.





Relatório do Controle Interno

Período de Dezembro de 2022 com 13º e 14º

1. Análise do desempenho fiscal

As informações apresentadas neste relatório, estão demonstradas de forma consolidada, abrangendo os órgãos e entidades da Administração Direta e Indireta do município de Piracicaba.

Para elaboração das análises foram utilizadas informações extraídas dos balancetes conta contábil e conta corrente dos arquivos XMLs gerados pelo sistema de contabilidade do município.

Os dados apurados para elaboração dos demonstrativos podem sofrer alterações em face de eventuais ajustes contábeis; nessa hipótese, tais modificações serão consignadas no próximo RCI.

1.1 Execução Orçamentária

O resumo do balanço orçamentário do município está apresentado na tabela 01, na qual demonstram-se as receitas realizadas, as despesas liquidadas e o resultado orçamentário no exercício de 2022. No período, ocorreu um superávit orçamentário de R\$ 387 milhões.

Tabela 01 - Balanço Orçamentário Resumido

Receitas Orçamentárias	Previsão Atualizada 2022	Receitas Realizadas até Dezembro / 2022
1 - Receitas Correntes	2.164.967.200,00	2.525.782.241,03
2 - Receitas de Capital	22.952.000,00	8.731.142,64
9 - Deduções da Receita	155.725.200,00	172.883.339,73
7 - Receitas Intra Orçamentárias	47.470.000,00	41.412.616,14
Total das Receitas Orçamentárias (I)	2.079.664.000,00	2.403.042.660,08
Despesas Orçamentárias	Dotação Atualizada 2022	Despesas Liquidadas até Dezembro / 2022
3 - Despesas Correntes	2.190.044.332,99	1.932.361.436,55
4 - Despesas de Capital	115.915.167,86	42.188.990,68
9 - Reserva de Contingência	32.033.000,00	0
7 - Despesas Intra Orçamentárias	44.765.331,45	41.397.182,42
Total das Despesas Orçamentárias (II)	2.382.757.832,30	2.015.947.609,65
Resultado da Execução Orçamentária	Déficit / Superávit (III) = (I)-(II)	387.095.050,43

Fonte: SIAFEM / AUDESP





Relatório do Controle Interno

Período de Dezembro de 2022 com 13º e 14º

1.2 Receitas

As receitas orçamentárias do município estão demonstradas na Tabela 02, que apresenta um comparativo entre a receita arrecadada no ano 2021, a previsão para 2022 e a receita realizada em 2022.

Tabela 02 – Receitas por Categoria Econômica

RECEITAS	Arrecadada até Dez/2021	Previsão Anual Atualizada 2022	Arrecadada até Dez/2022
Receitas Correntes (I)	2.097.882.232,78	2.164.967.200,00	2.525.782.241,03
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	561.970.848,05	620.365.000,00	678.080.455,88
Contribuições	19.160.837,43	23.735.000,00	20.910.449,40
Receita Patrimonial	19.632.847,94	8.197.000,00	87.852.614,88
Receita de Serviços	252.110.028,28	290.689.000,00	291.463.590,56
Transferências Correntes	1.209.922.402,69	1.184.633.000,00	1.369.038.133,99
Outras Receitas Correntes	35.085.268,39	37.348.200,00	78.436.996,32
Receitas de Capital (II)	14.533.305,94	22.952.000,00	8.731.142,64
Operações de Crédito	8.823.587,78	13.501.000,00	3.276.878,93
Alienação de Bens	595.332,00	1.000,00	33.543,50
Transferências de Capital	5.114.386,16	9.445.000,00	5.420.720,21
Outras Receitas de Capital	0	5.000,00	0
(-) Deduções da Receita (III)	148.937.593,82	155.725.200,00	172.883.339,73
Receitas Intra Orçamentárias (IV)	38.001.552,27	47.470.000,00	41.412.616,14
TOTAL (V) = (I+II-III+IV)	2.001.479.497,17	2.079.664.000,00	2.403.042.660,08

Fonte: DimRelatório

As receitas totais arrecadadas pelo município somaram o montante de aproximadamente R\$ 2,403 bilhões. Esse valor representa um aumento de 15,55% em relação ao previsto para o ano.

Dentre as Receitas Correntes, as mais representativas foram as “Transferências Correntes” e os “Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria”.

As receitas de “Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria” tiveram aumento de 20,66% em relação a 2021 e de 9,30% em relação ao previsto para o exercício de 2022. Este resultado foi impulsionado principalmente pela arrecadação do ISS e do IRRF (crescimento de





Relatório do Controle Interno

Período de Dezembro de 2022 com 13º e 14º

22,71% e 31,64% em relação ao previsto, respectivamente). Por outro lado, a arrecadação de IPTU e ITBI ficaram abaixo do previsto (-1,52% e -14,13%, respectivamente).

A “Receita Patrimonial” teve uma alta expressiva em 2022. Tal resultado é reflexo das receitas de Aplicações Financeiras, que estão relacionadas aos rendimentos dos recursos da Saúde, Fundeb, Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e Tesouro.

A “Receita de Serviços” refere-se, majoritariamente, ao Serviço Municipal de Água e Esgoto e manteve-se próxima ao previsto.

As “Transferências Correntes” são as receitas de maior representação na receita total do município e tiveram um aumento de 16,25% acima do previsto no exercício. As principais receitas que contribuíram para esse resultado foram o FPM, o IPVA e o ICMS, que apresentaram crescimento de 40,99%, 15,04% e 4,28% respectivamente. Importante salientar, que a alta do ICMS ocorreu no primeiro semestre de 2022. No segundo semestre, em decorrência do corte na alíquota do ICMS sobre combustíveis, energia, comunicações e transportes coletivos, houve uma diminuição da arrecadação. Fato que será acompanhado em 2023, dada a relevância do ICMS para o município de Piracicaba.

As “Outras Receitas Correntes” são provenientes das multas de trânsito e das demais receitas correntes, como receitas eventuais e receitas da Dívida Ativa Não Tributária, resultantes do programa de recuperação fiscal (Refis).

Já as “Receitas de Capital” tiveram uma arrecadação menor em relação à 2021 e ao previsto para o período nesse ano. Tal fato se deve principalmente pelas receitas de “Operações de Crédito” relacionadas ao Finisa (programa de Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento) que ficaram abaixo do previsto. Já as “Transferências de Capital” são relacionadas à emendas parlamentares.





Relatório do Controle Interno

Período de Dezembro de 2022 com 13º e 14º

1.2.1 Receita Corrente Líquida

A Receita Corrente Líquida (RCL) é utilizada como parâmetro para diversos indicadores da gestão fiscal e limite de gastos para União, Estados e Municípios. Representa o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes; e são deduzidas a contribuição dos servidores ao regime próprio de previdência, a compensação financeira entre os regimes de previdência e a retenção para formação do FUNDEB. O cálculo é apurado de maneira consolidada no município considerando os últimos doze meses.

A RCL do período analisado (janeiro/22 a dezembro/22) alcançou R\$2,301 bilhões, tendo as “Transferências Correntes” representado aproximadamente 59% desse montante, conforme tabela 03.

Tabela 03 - Evolução da Receita Corrente Líquida Realizada nos Últimos 12 meses

Especificação	Jan/22 a Dez/22
Receitas Correntes (I)	2.525.774.933,09
Receitas Tributárias	678.080.455,88
Receita de Contribuição	20.903.141,46
Receita Patrimonial	87.852.614,88
Receita de Serviços	291.463.590,56
Transferências Correntes	1.369.038.133,99
Outras Receitas Correntes	78.436.996,32
Deduções (II)	224.192.507,15
Contribuição do Servidor a RPPS	20.903.141,46
Receitas de Compensação Previdenciária	5.583.020,61
Ganhos com Apl. Financeira do RPPS	20.803.797,35
Vencimento dos Agentes Comunitários De Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias (Ec 120/2022)	4.019.208,00
Deduções de Receita para Formação do FUNDEB	172.883.339,73
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.301.582.425,94
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (art. 166-A, §1º, da CF) (IV)	6.444.054,81
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DE ENDIVIDAMENTO (V) = (III - IV)	2.295.138.371,13
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada (art. 166, §16º, da CF) (VI)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA PARA CÁLCULO DOS LIMITES DA DEPESA COM PESSOAL (VII) = (V - VI)	2.295.138.371,13

Fonte: SIAFEM / AUDESP





Relatório do Controle Interno

Período de Dezembro de 2022 com 13º e 14º

1.3 Despesas

As despesas orçamentárias do município estão demonstradas na tabela 04, que apresenta a despesa empenhada em 2021, a dotação atualizada para 2022 e as despesas empenhadas até dezembro de 2022.

Tabela 04 – Despesas por Categoria Econômica

DESPESAS	Despesa Empenhada até Dez/2021	Dotação Atualizada - 2022	Despesa Empenhada até Dez/2022
Despesas Correntes	1.688.244.091,04	2.190.044.332,99	2.040.008.340,51
Pessoal e Encargos Sociais	811.297.165,74	960.984.603,62	929.937.096,87
Juros e Encargos da Dívida	8.427.665,44	10.290.000,00	10.142.461,70
Outras Despesas Correntes	868.519.259,86	1.218.769.729,37	1.099.928.781,94
Despesas de Capital	53.729.559,58	115.915.167,86	80.983.987,81
Investimentos	35.164.115,74	96.030.067,86	61.208.294,46
Amortização / Refinanciamento da Dívida	18.565.443,84	19.885.100,00	19.775.693,35
Reserva de Contingência	-	32.033.000,00	-
Despesas Intra Orçamentárias	37.969.083,37	44.765.331,45	41.397.182,42
TOTAL DAS DESPESAS	1.779.942.733,99	2.382.757.832,30	2.162.389.510,74

Fonte: SIAFEM / AUDESP

As despesas correntes somaram o valor de R\$ 2,040 bilhões, sendo que os grupos mais representativos dessa categoria foram as “Despesas com Pessoal e Encargos Sociais” (que registrou aproximadamente R\$ 929,9 milhões) e as “Outras Despesas Correntes” (que registraram R\$ 1,099 bilhão). Já as despesas de capital representaram um montante de aproximadamente R\$ 80,9 milhões em 2022, um aumento de 50,03% em relação a 2021, sendo que os “Investimentos” somaram R\$61,2 milhões, representando uma variação positiva de 74,06% no período.



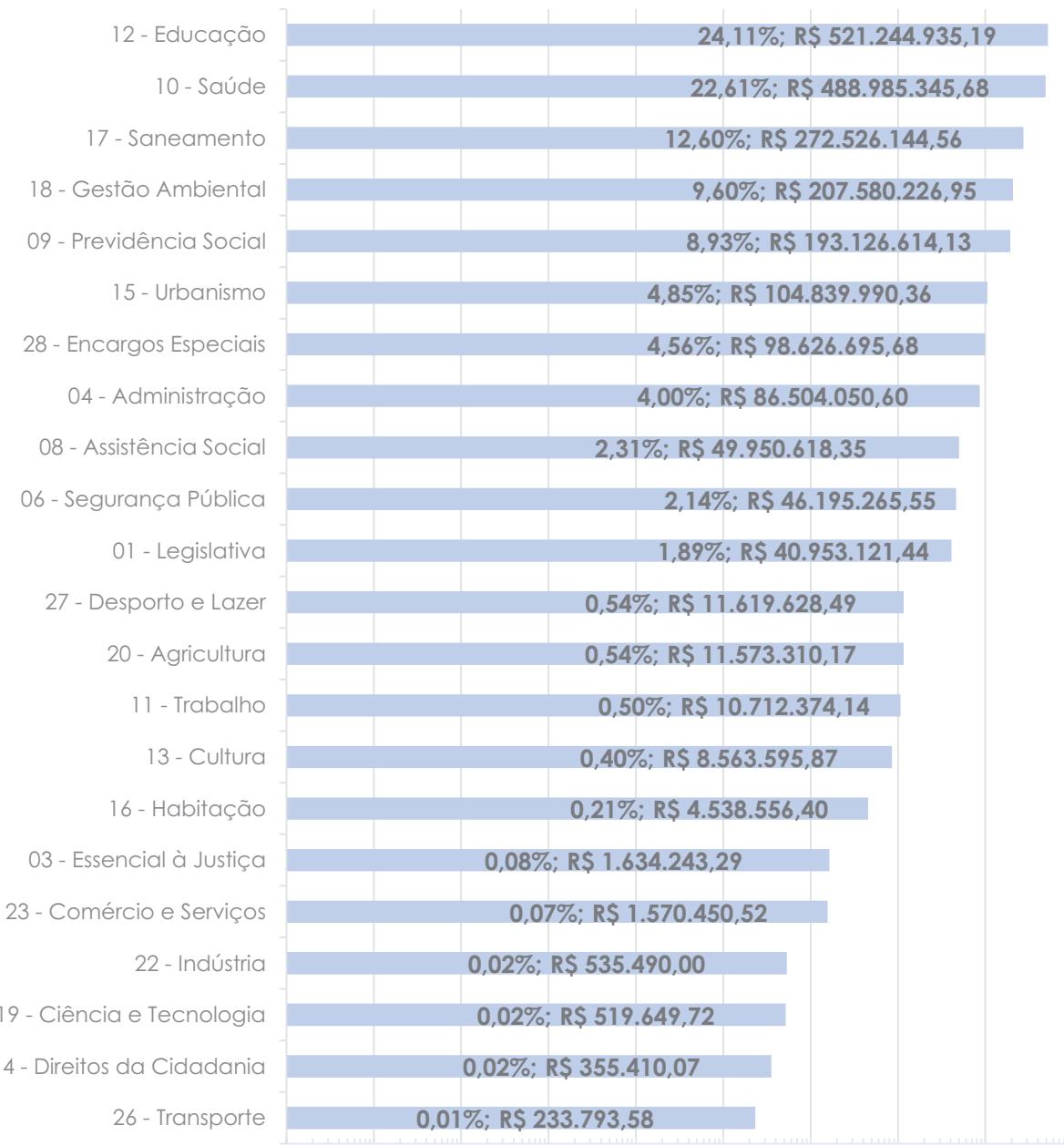


Relatório do Controle Interno

Período de Dezembro de 2022 com 13º e 14º

A seguir apresentamos as despesas classificadas por função:

Despesas Empenhadas por Função



Fonte: SIAFEM / AUDESP.

*As porcentagens apresentadas aqui, são relacionadas às despesas por função em relação à despesa total, e não devem ser confundidas com os índices utilizados para cálculo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Saúde.





Relatório do Controle Interno

Período de Dezembro de 2022 com 13º e 14º

As maiores parcelas das despesas foram aplicadas em Educação e Saúde, que juntas, representam cerca de 46,72% das despesas, somando R\$ 1.010.230.280,87. Em seguida, temos as despesas com Saneamento, Gestão Ambiental e Previdência Social.

1.4 Resultado Primário

O resultado primário indica se os níveis de gastos orçamentários do município são compatíveis com sua arrecadação. A tabela 05 apresenta o cálculo para obtenção do Resultado Primário.

Tabela 05 – Resultado Primário

RECEITAS FISCAIS	Previsão Anual Inicial	Previsão Anual Atualizada	Receitas até Dezembro/2022
Receitas Fiscais Correntes (I)	2.159.872.200,00	2.159.872.200,00	2.444.638.194,94
Receita Tributária	620.365.000,00	620.365.000,00	678.131.487,69
Receita de Contribuição	23.735.000,00	23.735.000,00	20.910.449,40
Receita Previdenciária	23.735.000,00	23.735.000,00	20.910.449,40
Receita Patrimonial Líquida	3.102.000,00	3.102.000,00	4.005.865,10
Receita Patrimonial	8.197.000,00	8.197.000,00	87.888.589,70
(-) Aplicações Financeiras	5.095.000,00	5.095.000,00	83.882.724,60
Transferências Correntes	1.184.633.000,00	1.184.633.000,00	1.369.224.880,94
Demais Receitas Correntes	328.037.200,00	328.037.200,00	372.365.511,81
Diversas Receitas Correntes	328.037.200,00	328.037.200,00	372.365.511,81
Receitas de Capital (II)	22.952.000,00	22.952.000,00	8.778.233,68
Operações de Crédito (III)	13.501.000,00	13.501.000,00	3.276.878,93
Alienação de Ativos	1.000,00	1.000,00	33.543,50
Outras Alienações de Bens	1.000,00	1.000,00	33.543,50
Transferências de Capital	9.445.000,00	9.445.000,00	5.467.811,25
Convênios	3.445.000,00	3.445.000,00	2.075.494,10
Outras Transferências de Capital	6.000.000,00	6.000.000,00	3.392.317,15
Outras Receitas de Capital	5.000,00	5.000,00	0
Receitas Fiscais de Capital (VI) = (II-III-IV-V)	9.451.000,00	9.451.000,00	5.501.354,75
Deduções da Receita (VII)	155.725.200,00	155.725.200,00	175.669.109,28
Receitas Fiscais Líquidas (VIII) = (I+VI-VII)	2.013.598.000,00	2.013.598.000,00	2.274.470.440,41
DESPESAS FISCAIS	Dotação Anual Inicial	Dotação Anual Atualizada	Despesas Liquidadas até Dezembro/2022
Despesas Correntes (IX)	1.909.977.142,75	2.190.044.332,99	1.932.361.436,55
Pessoal e Encargos Sociais	901.284.252,85	960.984.603,62	929.937.096,87





Relatório do Controle Interno

Período de Dezembro de 2022 com 13º e 14º

Juros e Encargos da Dívida (X)	9.790.000,00	10.290.000,00	10.142.461,70
Outras Despesas Correntes	998.902.889,90	1.218.769.729,37	992.281.877,98
Desp. Fiscais Correntes (XI) = (IX-X)	1.900.187.142,75	2.179.754.332,99	1.922.218.974,85
Despesas de Capital (XII)	91.969.397,25	115.915.167,86	42.188.990,68
Investimentos	73.110.297,25	96.030.067,86	22.413.297,33
Amortização da Dívida (XV)	18.859.100,00	19.885.100,00	19.775.693,35
Desp. Fiscais de Capital (XVI) = (XII-XIII-XIV-XV)	73.110.297,25	96.030.067,86	22.413.297,33
Reserva de Contingência (XVII)	36.008.000,00	32.033.000,00	0
Despesas Fiscais Líquidas (XVIII) = (XI+XVI+XVII)	2.009.305.440,00	2.307.817.400,85	1.944.632.272,18
RESULTADO PRIMÁRIO (VIII-XVIII)	4.292.560,00	-294.219.400,85	329.838.168,23

Fonte: SIAFEM / AUDESP

O Resultado Primário do município apresentou um superávit de R\$ 329,8 milhões no período de janeiro a dezembro de 2022.

O valor acompanha a tendência de superávit do município nos últimos anos, ou seja, as receitas primárias superaram as despesas primárias demonstrando o equilíbrio das contas municipais.

Tabela 06 - Evolução do Resultado Primário dos exercícios anteriores (Janeiro a Dezembro)

Ano	2018	2019	2020	2021	2022
Resultado Primário	49.257.801,65	66.740.959,54	173.842.143,39	311.255.513,19	329.838.168,23





Relatório do Controle Interno

Período de Dezembro de 2022 com 13º e 14º

1.5 Resultado Nominal

O Resultado Nominal compreende o resultado da variação da dívida fiscal líquida do setor público deduzidos os ajustes patrimoniais e metodológicos. A tabela 07 demonstra o resultado nominal no município no exercício de 2022. Verificou-se uma diminuição no estoque da dívida de R\$ 273,3 milhões.

Tabela 07 – Resultado nominal

	Saldo em 12/2021	Saldo em 12/2022
Dívida Consolidada (I)	159.467.118,46	145.951.943,16
Deduções (II)	428.377.440,27	691.743.409,10
Ativo Disponível	436.646.547,97	717.532.512,92
Haveres Financeiros	29.838.751,23	27.433.280,93
(-) Restos a Pagar Processados	14.892.305,35	14.440.218,34
(-) Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	23.215.553,58	38.782.166,41
Dívida Consolidada Líquida (III) = (I - II)	-268.910.321,81	-545.791.465,94
Receita de Privatizações (IV)	0,00	0,00
Passivos Reconhecidos (V)	52.873.867,83	49.384.129,50
Dívida Fiscal Líquida (III + IV - V)	-321.784.189,64	-595.175.595,44
Período de Referência		
RESULTADO NOMINAL	De 01/2022 a 12/2022	
	-273.391.405,80	

Fonte: SIAFEM / AUDESP





Relatório do Controle Interno

Período de Dezembro de 2022 com 13º e 14º

2. Limites constitucionais

Na sequência do relatório, apresenta-se a verificação do cumprimento dos limites constitucionais relativos a despesa com pessoal e a aplicação dos recursos em saúde e educação.

2.1 Despesas com Pessoal

As despesas com pessoal nos últimos doze meses estão apresentadas na tabela 08. O limite constitucional representa uma porcentagem da Receita Corrente Líquida.

Tabela 08 – Despesas com pessoal nos últimos 12 meses (jan a dez/2022)

Despesas com Pessoal	Jan/22 a Dez/22
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Ativo	566.602.869,54
Remuneração de Agentes Políticos	119.900,00
Encargos Sociais	135.621.178,42
Inativos, Pensionistas e Outros Benefícios Previdenciários	162.675.225,19
Outras Despesas e Obrigações (variáveis, etc)	49.548.149,84
Despesas de Exercícios Anteriores	1.667,68
Sentenças Judiciais	23.086.174,61
Indenizações e Restituições Trabalhistas	599.300,23
Total de Despesas com Pessoal	938.254.465,51
Deduções	
Decorrentes Decisão Judicial e Exercício Anteriores	23.087.842,29
Desp. com Inativos e Pensão custeadas com recursos vinculados	34.117.059,24
Vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias (EC 120/2022)	4.019.208,00
Total de Deduções	61.224.109,53
Total de Despesas com Pessoal Líquidas	877.030.355,98

Percentual de Limite de Despesas com pessoal:

Receita Corrente Líquida *	2.295.138.371,13
Limite Máximo de Gasto (Art. 20 LRF)	1.239.374.720,41
Limite Prudencial 95% (Art. 22 LRF)	1.177.405.984,39
Despesa Líquida com Pessoal	877.030.355,98

*Receita Corrente Líquida Ajustada para cálculo dos limites da despesa com pessoal.

Fonte: SIAFEM / AUDESCP





Relatório do Controle Interno

Período de Dezembro de 2022 com 13º e 14º

Constata-se que as despesas com pessoal estão abaixo do limite máximo e do limite prudencial estipulados na Lei de Responsabilidade Fiscal, totalizando R\$ 877 milhões que representam 38,21% da receita corrente líquida ajustada para cálculo dos limites da despesa com pessoal.

2.2 Aplicação dos Recursos Próprios em Saúde

Em 2022, a Secretaria Municipal de Saúde aplicou, segundo o critério da despesa liquidada, a quantia de R\$ 302,8 milhões de reais. Este valor, frente a arrecadação de impostos e transferências legais constitucionais de R\$ 1,457 bilhão, representa **20,78%** das receitas de impostos e transferências constitucionais.

A aplicação dos recursos encontra-se acima do percentual mínimo de 15% estabelecido na Emenda Constitucional nº 29/2000, para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde pelos entes federativos.

A tabela 09, demonstra as receitas e despesas aplicadas em saúde pelo município no exercício de 2022.

Tabela 09 - Aplicação dos Recursos Próprios em Saúde

Mês	Receita	Aplicação Mínima (15%)	Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	%
Jan	138.399.222,99	20.759.883,45	44.453.167,61	32,12%	18.452.915,27	13,33%	18.343.130,22	13,25%
Fev	90.507.109,36	13.576.066,40	17.905.648,37	19,78%	21.274.603,31	23,51%	21.184.446,10	23,41%
Mar	192.087.741,88	28.813.161,28	43.717.471,45	22,76%	20.962.499,05	10,91%	20.961.868,30	10,91%
Abr	114.083.454,14	17.112.518,12	20.786.834,42	18,22%	21.664.664,69	18,99%	21.536.338,68	18,88%
Mai	128.481.847,93	19.272.277,19	20.220.027,64	15,74%	24.903.135,62	19,38%	24.606.096,50	19,15%
Jun	111.736.839,62	16.760.525,94	27.531.049,61	24,64%	31.234.482,91	27,95%	31.138.147,22	27,87%
Jul	108.459.678,90	16.268.951,84	25.696.317,86	23,69%	24.538.057,13	22,62%	24.226.699,44	22,34%
Ago	124.332.155,93	18.649.823,39	18.819.766,81	15,14%	25.308.693,47	20,36%	25.417.660,47	20,44%
Set	106.380.965,69	15.957.144,85	22.353.049,07	21,01%	27.801.869,15	26,13%	26.421.348,16	24,84%
Out	110.242.580,78	16.536.387,12	18.567.692,47	16,84%	25.426.288,51	23,06%	26.010.298,79	23,59%
Nov	113.956.597,48	17.093.489,62	19.688.811,45	17,28%	24.667.538,98	21,65%	24.843.073,87	21,80%
Dez	119.010.365,02	17.851.554,75	27.071.226,57	22,75%	36.615.211,15	30,77%	35.368.374,71	29,72%
Total	1.457.678.559,72	218.651.783,96	306.811.063,33	21,05%	302.849.959,24	20,78%	300.057.482,46	20,58%

Fonte: SIAFEM / AUDESP





Relatório do Controle Interno

Período de Dezembro de 2022 com 13º e 14º

2.3 Aplicação dos Recursos Próprios em Ensino

Com relação à execução orçamentária, a Secretaria Municipal de Educação aplicou, em 2022, segundo o critério da despesa empenhada, a quantia de R\$ 369,8 milhões de reais. Este valor, frente a arrecadação de impostos e transferências legais constitucionais de R\$ 1,473 bilhão representa **25,10%** das receitas. A tabela 10, apresenta as receitas e despesas aplicadas com recursos próprios em Ensino.

Os dados apurados demonstram que a **aplicação dos recursos próprios em ensino atingiu o mínimo constitucional de 25%, pelo critério da despesa empenhada**, estabelecido no art. 212 da Constituição Federal. No entanto, pelo critério de despesa liquidada, o percentual não atingiu ao mínimo, fechando em 21,86%.

Tabela 10 - Aplicação Mensal dos Recursos Próprios em Ensino

Mês	Receita	Aplicação Mínima (25%)	Empenhado	%	Liquidado	%	Pago	%
Jan	138.399.222,99	34.599.805,75	41.014.854,58	29,64%	24.135.583,96	17,44%	23.045.031,62	16,65%
Fev	90.507.109,36	22.626.777,34	46.804.731,77	51,71%	19.148.041,57	21,16%	19.130.340,29	21,14%
Mar	192.087.741,88	48.021.935,47	29.389.986,10	15,30%	26.669.228,25	13,88%	26.693.650,18	13,90%
Abr	114.083.454,14	28.520.863,54	16.299.832,69	14,29%	22.871.628,04	20,05%	22.770.875,19	19,96%
Mai	128.481.847,93	32.120.461,98	25.529.995,11	19,87%	25.544.384,97	19,88%	25.201.584,40	19,61%
Jun	111.736.839,62	27.934.209,91	21.749.465,10	19,46%	24.083.922,89	21,55%	23.609.178,24	21,13%
Jul	112.974.348,10	28.243.587,03	16.999.080,80	15,05%	23.264.911,18	20,59%	22.823.236,11	20,20%
Ago	124.332.155,93	31.083.038,98	27.853.933,60	22,40%	27.655.460,72	22,24%	26.834.166,63	21,58%
Set	107.195.565,38	26.798.891,35	32.587.288,51	30,40%	21.861.172,95	20,39%	22.968.586,52	21,43%
Out	112.485.279,59	28.121.319,90	23.836.512,23	21,19%	25.056.579,81	22,28%	24.221.657,14	21,53%
Nov	115.077.946,89	28.769.486,72	20.063.875,34	17,44%	30.420.071,22	26,43%	30.449.714,13	26,46%
Dez	126.061.402,98	31.515.350,75	67.679.036,02	53,69%	51.377.494,25	40,76%	50.929.131,17	40,40%
Total	1.473.422.914,79	368.355.728,70	369.808.591,85	25,10%	322.088.479,81	21,86%	318.677.151,62	21,63%





Relatório do Controle Interno

Período de Dezembro de 2022 com 13º e 14º

Tabela 11 – Resumo da Aplicação dos Recursos Próprios em Ensino

RECEITA DE IMPOSTOS		APLICAÇÃO MÍNIMA (25%)	
	Previsto para 2022	Arrecadado em 2022	Para o exercício 2022
Próprios	555.851.000,00	612.415.788,13	333.620.500,00
Transferências da União	90.668.000,00	131.996.020,43	Até Dezembro/2022
Transferências do Estado	687.963.000,00	729.011.106,23	
Total	1.334.482.000,00	1.473.422.914,79	

APURAÇÃO DA APLICAÇÃO

	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		Despesa Paga	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Total	369.808.591,85	25,10%	322.088.479,81	21,86%	318.677.151,62	21,63%
Educação Infantil	108.036.388,97	7,33%	84.875.710,36	5,76%	83.228.933,28	5,65%
Ensino Fundamental	91.581.049,14	6,22%	67.021.615,71	4,55%	65.257.064,60	4,43%
Retenções ao Fundeb	170.191.153,74	11,55%	170.191.153,74	11,55%	170.191.153,74	11,55%

Fonte: AUDESP

Vale ressaltar que em decorrência do estado de calamidade pública provocado pela pandemia de Covid-19, foi aprovada a Emenda Constitucional 119/2022, que isenta de responsabilidade os estados e municípios pela não aplicação do percentual mínimo em educação nos anos de 2020 e 2021, tendo os gestores, a obrigação de investir o que não foi aplicado nesses dois anos até o final do exercício de 2023.

Em virtude da supracitada emenda, o município instituiu o Fundo Municipal de Educação - FME, por meio da Lei Complementar nº 442, de 22 de dezembro de 2022, com o objetivo de dar transparência à utilização dos recursos financeiros de exercícios fiscais respectivos, para complementar a aplicação do percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) exigidos pela Constituição Federal na manutenção e desenvolvimento do ensino.

2.4 Aplicação dos Recursos no FUNDEB

Em 2022, a Secretaria Municipal de Educação aplicou, segundo o critério da despesa empenhada, a quantia de R\$ 223,11 milhões de reais no Fundeb, que representa **90,82%** do total das receitas. A tabela 12 apresenta as receitas e despesas relacionadas ao Fundeb no período de janeiro a dezembro de 2022.





Relatório do Controle Interno

Período de Dezembro de 2022 com 13º e 14º

Tabela 12 - Aplicação dos Recursos no Fundeb

	Receitas do FUNDEB		Retenções do FUNDEB		
	Prev. Atualizada para 2022	Arrecadação até Dez/2022	Prev. Atualizada Para 2022	Retido até Dez/2022	
Receitas de Transferências	190.318.000,00	241.111.454,55	155.725.000,00	170.191.153,74	
Receitas de Aplicações Financeiras	78.000,00	4.540.941,17			
Total da Receita	190.396.000,00	245.652.395,72			

Apuração do Resultado do Fundeb	
Transferências	Retenções
241.111.454,55	170.191.153,74

Diferença (Recebido - Retido) = Ganhos 70.920.300,81

Apuração da aplicação do FUNDEB

	Despesa Empenhada (até Dez/22)		Despesa Liquidada (até Dez/22)		Despesa Paga (até Dez/22)	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Total	223.110.307,20	90,82%	220.673.582,64	89,83%	218.681.826,01	89,02%
Magistério	219.787.312,65	89,47%	219.787.312,65	89,47%	217.795.556,02	88,66%
Outros	3.322.994,55	1,35%	886.269,99	0,36%	886.269,99	0,36%

Fonte: AUDESP

De acordo com o art. 25 da lei nº 14.113/2020, os recursos do Fundeb devem ser utilizados no exercício financeiro em que lhes forem creditados, em ações consideradas de manutenção e de desenvolvimento do ensino para a educação básica pública, sendo que até 10% dos recursos recebidos poderão ser utilizados no primeiro quadrimestre do exercício subsequente. Além disso, conforme o art. 26 da lei supracitada, um percentual mínimo de 70% dos recursos deverá ser aplicado na remuneração dos profissionais da atenção básica.

Com base na Despesa Empenhada, verifica-se que o município **atendeu** ao percentual de aplicação no Fundeb.





Relatório do Controle Interno

Período de Dezembro de 2022 com 13º e 14º

2.5 Cumprimento das entregas de documentação ao SIOPE e SIOPS

O controle interno acompanha a situação da entrega de documentação referente à Educação e à Saúde ao Siope e Siops, respectivamente.

A verificação da entrega de documentos em atendimento ao calendário de obrigações, foi realizada via consulta ao CAUC - serviço que disponibiliza informações sobre o cumprimento de requisitos fiscais por parte dos municípios, dos estados, do Distrito Federal e de organizações da sociedade civil, necessários à celebração de instrumentos para transferência de recursos do governo federal.

Em relação a Educação, foi verificado se há regularidade quanto ao envio das informações do Anexo 8 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária (RREO) ao Siope (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Educação).

A documentação referente ao ano de 2022 foi entregue, embora conste atraso na entrega.

Quanto a Saúde, buscou-se verificar a regularidade do envio das informações do Anexo 12 do RREO ao Siops (Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde). O último dado disponibilizado no SIOPS, é referente ao 6º Bimestre de 2022, no qual consta que a documentação foi entregue.

2.6 Relatório de Alertas do TCE-SP

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo publica possíveis falhas e pontos de atenção que o município deve se adequar por meio do Relatório de Alertas.

Em dezembro, o Tribunal apontou os seguintes alertas:

- Assunto de Fiscalização: CUMPRIMENTO DAS INSTRUÇÕES DO TCE

No item “CI01 - Cumprimento das entregas da documentação exigida pelo TCE”, foi realizada a entrega intempestiva dos seguintes documentos:

Tipo de Documento	Mês	Ano
BALANÇETE ISOLADO CONTA CONTABIL	12	2022
BALANÇETE ISOLADO CONTA CORRENTE	12	2022





Relatório do Controle Interno

Período de Dezembro de 2022 com 13º e 14º

O prazo para entrega era até o dia 01/02/2023 e os balancetes foram entregues no dia 02/02/2023.

- Assunto de Fiscalização: LRF

No item “GF56 - Análise do artigo 167-A da CF/1988”, o resultado apurado mostra que o Ente superou o limite do § 1º do artigo 167-A (85,00%) da Constituição Federal de 1988. Nestes termos, alerta-se o órgão para que adote as medidas cabíveis conforme estabelece a legislação aplicável à situação.

Receita Corrente Arrecadada (Ente)	
Prefeitura e Demais Órgãos (a)	2.352.898.901,3000
Despesa Corrente Empenhada (Ente)	
Prefeitura, Câmara e Demais Órgãos (b)	2.040.008.340,5100
Resultado do Ente Municipal	
Percentual (c) = (b) / (a)	86,70%

Importante salientar que o art. 167-A estabelece que, se apurado num período de 12 meses, que a relação entre despesas e receitas correntes supera 95%, é facultado ao poder executivo, legislativo, judiciário, Ministério Público, Tribunal de Contas e Defensoria Pública do ente, a aplicação de algumas vedações como impedimento de criação de cargos, de despesa obrigatória, realização de concurso público, entre outros. O § 1º do art. 167-A, estabelece que tais medidas também podem ser tomadas caso o ente ultrapasse o limite de 85%, sem exceder o percentual de 95%.

Em 2022, este alerta foi emitido apenas em dezembro, indicando um ponto de atenção a ser observado nos próximos bimestres.

- Assunto de Fiscalização: ENSINO

No item “AE03 - Aplicação de Recursos Próprios em Ensino com base na Despesa Liquidada”, o município apresenta percentual de aplicação desfavorável ao atendimento do art. 212 da CF.

Receita	R\$ 1.473.422.914,79	%
Despesa Empenhada	R\$ 369.808.591,85	25,0986%
Despesa Liquidada	R\$ 322.088.479,81	21,8599%
Despesa Paga	R\$ 318.677.151,62	21,6284%





Relatório do Controle Interno

Período de Dezembro de 2022 com 13º e 14º

Considerações Finais

O Sistema de Controle Interno, em consonância com a legislação, apresenta este Relatório de acompanhamento da gestão fiscal, cumprindo a atribuição de proporcionar a situação orçamentário-financeira do exercício de 2022, de modo a oferecer melhor condição para as decisões da alta administração a fim de que os objetivos estratégicos do município sejam alcançados.

Neste relatório foi apresentada a execução orçamentária consolidada do município, bem como apresentados os limites constitucionais em despesas com pessoal e a verificação da aplicação mínima dos recursos em saúde e educação.

Segundo as análises do controle interno, o município demonstra equilíbrio orçamentário entre as receitas e despesas no período, apresentando superávit orçamentário. Os gastos municipais referentes às despesas com pessoal estão abaixo do limite máximo e do limite prudencial estipulados na legislação; e as despesas com Saúde vem atingindo a aplicação constitucional mínima exigida.

Em relação as despesas com Educação, o município não vem atingindo a aplicação mínima exigida no art. 212 da Constituição Federal nas despesas com manutenção e desenvolvimento do Ensino e o percentual mínimo no Fundeb. O não cumprimento das despesas em ensino, pode acarretar em sanções, restrições ou penalidades ao município, como a suspensão de transferências voluntárias, intervenção estatal, além de responsabilização da autoridade competente. Logo, é de suma importância que a aplicação dos recursos cumpra o mínimo constitucional para evitar prejuízos ao município.

Cabe ressaltar ainda que, de acordo com a emenda constitucional nº 119/2022, o município deverá aplicar até o final de 2023, a diferença entre os valores não realizados nas despesas com ensino nos exercícios de 2020 e 2021, que devido a calamidade pública ocasionada pela pandemia não foram alcançados.





Relatório do Controle Interno

Período de Dezembro de 2022 com 13º e 14º

Por fim, submetemos este Relatório de Controle ao Sr. Prefeito Municipal para ciência e deliberações que entender necessárias. Posteriormente, o presente relatório deve ficar a disposição do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

Piracicaba, 22 de maio de 2023.

ADRIANA GALLINA PAES
MASCARIM:11549631870

Assinado de forma digital por ADRIANA
GALLINA PAES MASCARIM:11549631870
Dados: 2023.05.24 10:43:58 -03'00'

Adriana Gallina Paes Mascarim
Equipe de Coordenadoria do Sistema de Controle Interno

MARIANA APARECIDA
BAPTISTINI:43279557879

Assinado de forma digital por MARIANA
APARECIDA BAPTISTINI:43279557879
Dados: 2023.05.22 16:43:21 -03'00'

Mariana Aparecida Baptistini
Equipe de Coordenadoria do Sistema de Controle Interno

PAULO ROBERTO
COSTA:71609024834

Assinado de forma digital por PAULO
ROBERTO COSTA:71609024834
Dados: 2023.05.22 16:50:37 -03'00'

Paulo Roberto Costa
Coordenador do Sistema de Controle Interno

LUCIANO SANTOS
TAVARES DE
ALMEIDA:10293008876

Assinado de forma digital por
LUCIANO SANTOS TAVARES DE
ALMEIDA:10293008876
Dados: 2023.09.13 13:55:09
-03'00'

Luciano Santos Tavares de Almeida
Prefeito Municipal

